



A ENTRADA de Jango foi cercada do entusiasmo de subtenentes e sargentos da Associação, que se reuniam no Automóvel Clube.



FALA o Min. Jurema. A seu lado: o Ministro da Marinha, o Subtenente José Delmondez, o presidente João Goulart, Ministros Amauri Silva e Expedito Machado e o General Genaro Bontempo.

Fala aos sargentos: Princípio do fim

Texto de Glauco Carneiro -
Fotos de João Rodrigues

Perante mil sargentos das Fôrças Armadas e Auxiliares, o Sr. João Goulart, em violento discurso, pronunciado na noite de segunda, tornou irreversível sua posição de esquerda e desencadeou, graças a essa definição, feita em têrmos candentes, a movimentação das fôrças que o derrubaram. Consideraram os chefes da revolta que, transigir mais com a posição ostensiva do Sr. Goulart, seria decretar a morte da democracia. O discurso de Jango, a 30 de março, foi o comêço do fim.

Ênfase de Jango: ato final

NA OPINIÃO unânime dos chefes da “Revolução Libertadora pela Democracia”, a reunião a que compareceu o Sr. João Goulart na noite de segunda-feira, quando acesas estavam ainda as paixões ocasionadas pela rebelião dos marinheiros, foi a gôta d'água que fêz transbordar o copo. E que houve nessa reunião?

Há alguns meses a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Ministério da Justiça (a que optou pelo serviço federal) convidara o Sr. João Goulart para se fazer presente à festa do 40.^o aniversário da entidade, convite êste adiado, a pedido do próprio Sr. Goulart, para outra oportunidade. Sentindo, porém, o Presidente, que se avolumavam as críticas contra a sua orientação julgada “quebrantadora da hierarquia e disciplina militares”, principalmente no caso dos marinheiros chefiados pelo Cabo José Anselmo, quis dar uma demonstração de força e prestígio junto aos escalões menores das Fôrças Armadas, aceitando a homenagem que lhe seria prestada pelos subalternos sediados na Guanabara, que aceitavam a sua orientação. A reunião da ASSPM realizou-se, portanto, com oradores inflamados e com discursos que repisaram, invariavelmente, a mesma tecla: reformas. E reformas nas próprias Fôrças Armadas. Chegou mesmo a ser vaiado o Sarg. Ciro Vogt, um dos oradores, que se atreveu a fazer reivindicações e agradecer ao Sr. Goulart benefícios prestados à classe dos sargentos. Foi vaiado porque, conforme declarou, respeitava os regulamentos disciplinares e se sentia impedido de fazer declarações políticas.

O discurso do Sr. João Goulart nessa reunião, realizada no Automóvel Clube, foi considerado pelos observadores como o mais violento de sua carreira, acusando seus adversários de subsidiados pelo estrangeiro e prometendo as devidas “represálias do povo”.

A exaltação do ambiente, carregada ainda mais pela presença de agitadores comunistas, atingiu o auge quando da chegada do Almirante Cândido Aragão e do Cabo José Anselmo, tendo-se ambos abraçado sob os aplausos gerais. Anselmo quis falar à fôrça na reunião, só sendo impedido por interferência direta do Gabinete Militar de Goulart.

Os chefes militares avaliaram a repercussão de uma reunião como essa, em que a hierarquia cedeu lugar a uma indisciplinada confraternização, e decidiram deflagrar a revolta. O discurso de Jango fôra o último pronunciado como Presidente.

POR QUE JANGO CAIU



O PRESIDENTE João Goulart escolheu o caminho. Trocou o mandato por uma liderança revolucionária e esquerdista. Aqui aparece com D. Maria Tereza e os Srs. Darcy Ribeiro e Oswaldo Pacheco, este, líder do CGT, no comício do dia 13 de março, o início do processo de sua queda.

O SENHOR João Goulart perdeu o jogo no momento em que, abandonando a tática da conciliação política, que prevaleceu nos dois primeiros anos de seu governo, preferiu comandar ostensivamente o esquema da esquerda radical que tinha numa entidade juridicamente ilegal, o Comando Geral dos Trabalhadores, o centro de suas atividades revolucionárias.

Chegando ao Poder pela sua extraordinária habilidade política, usada principalmente no amaciamento dos impulsos revolucionários do seu cunhado Leonel Brizola e de uma paciente e longa viagem da Ásia a Porto Alegre quando ganhou tempo para assumir de modo pacífico a Presidência vaga com a renúncia de Jânio, o Sr. João Goulart passou a estruturar um dispositivo de segurança baseado em alguns oficiais de sua confiança pessoal.

Esse dispositivo teve que ser revisto mais de uma vez. As contingências do regime parlamentarista obrigaram o Presidente Goulart a manter no Ministério da Guerra o General Nelson de Melo, notoriamente anticomunista. Derrubado o sistema parlamentar de governo, através de uma intensa pressão política, sindical e militar, pôde, então, o Sr. João Goulart preparar o caminho para sua futura aliança total com as esquerdas.

A Marinha e a Aeronáutica passaram a ter, a partir do primeiro ano de governo presidencialista, comandos fiéis ao Presidente. O Ministério da Guerra foi entregue, então, ao General Amaury Kruel, amigo pessoal do Presidente mas oficial tão anticomunista quanto o seu antecessor na Pasta. O Sr. Leonel Brizola iniciou, então, e vitoriosamente, uma intensa campanha, pelo rádio e televisão, contra a permanência de Kruel no comando-geral do Exército.

O General legalista Jair Dantas Ribeiro foi convocado para assumir o Ministério da Guerra. Construiu, então, um esquema militar inteiramente legalista e anticomunista, substituindo mais de cem comandos em todo o território nacional. Para manter, porém, um dispositivo militar esquerdista, fiel às reformas econômicas que propunha e à sua futura aliança com a esquerda, o Sr. João Goulart levou para a chefia de seu gabinete militar o General Assis Brasil. Aí começou a estruturação de uma ampla frente esquerdista, política, sindical e militar, sob a orientação política da Casa Militar da Presidência.

A um ano e meio das eleições presidenciais o Senhor João Goulart recusava-se a conversar sobre a sua sucessão. O Sr. Juscelino Kubitschek, que seria o candidato natural do esquema governista, teve seu nome sumariamente vetado pelas forças esquerdistas mais radicais, que obedeciam ao comando do Deputado Leonel Brizola. Deu-se o esvaziamento da candidatura Kubitschek e o crescimento da candidatura Lacerda, na área oposta.

As lideranças políticas, inclusive as mais próximas do Presidente Goulart, passaram a desconfiar das intenções continuistas do chefe trabalhista. O PSD não lhe dava cobertura parlamentar para as reformas. A UND liderava, no Congresso, a anti-reforma. Estruturava-se, assim, um dispositivo de defesa do regime democrático, que os principais partidos e vários governadores comandados por Adhemar e Lacerda puseram a funcionar inicialmente na área puramente política para, mais tarde, ganhar a consciência e o apoio das Forças Armadas.

O Governo fez várias tentativas de contenção desse dispositivo oposicionista. Mal aconselhado tanto política quanto militarmente, o Sr. João Goulart contava, apenas, com apoios populares, suportes sindicais e sua intuição e habilidade política para sobreviver. A inflação se agravava, desmoronavam-se os planos administrativos do Governo. Necessário que o Presidente apressasse sua aliança com as esquerdas, passasse a comandá-las ostensivamente a fim de ocupar o espaço de tempo, os dois meses que separavam a primeira quinzena de março da oficialização da candidatura Lacerda, já marcada para princípios de abril. Com a candidatura Kubitschek já lançada pelo PSD, restava ao Sr. João Goulart fazer a sua opção: ou marcharia com ela, ou concentraria seus esforços para a esquematização de uma candidatura esquerdista com tintas democráticas. Ele desprezou a solução eleitoral e decidiu romper a barreira da conciliação política, indo ao encontro das lideranças identificadas com o pensamento marxista.

Estaria absolutamente convencido o Presidente Goulart de contar com apoios militares para essa jogada? Estaria certo que as forças militares dariam cobertura, ao menos parcial, às teses defendidas pela esquerda radical e comunistas no palanque armado em frente ao Ministério da Guerra no dia 13 de março? O simples fato da presença do General Jair Dantas Ribeiro naquele palanque não autorizava a ninguém a acreditar que Exército, Marinha e Aeronáutica estavam solidárias com a nova posição do Presidente da República.

A partir do comício do dia 13 radicalizaram-se as posições políticas e as Forças Armadas começaram a sensibilizar-se. O Decreto de desapropriações de terras, o do tabelamento dos aluguéis, o de encampação de refinarias de petróleo foram os dados menos importantes na crise que se armava. Para exercer a sua autoridade de Presidente da República e para tomar medidas administrativas até mesmo reformistas, o Sr. João Goulart contava, ao menos aparentemente, com a cobertura militar do esquema montado pelo Ministro Jair Dantas Ribeiro. Mas o próprio Ministro confessava, em conversas confidenciais, que não teria condições para mobilizar seus comandos no sentido de prestigiar uma solução golpista para o problema sucessório, nem de esquerda, nem de direita.

Na realidade - verificou-se mais tarde - O Presidente Goulart não tinha estruturado um dispositivo militar de esquerda, capaz de prestigiar sua aliança com os revolucionários. Se estava mal-informado pela sua assessoria militar chefiada pelo General Assis Brasil, não se sabe. Se agiu conscientemente, certo de que contaria com a cobertura popular para a sua ação, só ele poderá responder.

A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis. Do outro lado, as forças oposicionistas passaram da tática política para a estratégia militar. Construiu-se, rapidamente um poderoso dispositivo militar inicialmente defensivo, para evitar que o CGT, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista, os Comandos do Deputado Brizola, o Governador Miguel Arraes - o esquema da esquerda radical - pudessem dar solução prática às teses revolucionárias que defendiam.

De um lado, o Sr. João Goulart estimulou a reação de sargentos e praças, soldados e marinheiros à política tradicional das Forças Armadas, provocando um clima de indisciplina que se generalizou na Marinha sob a orientação do Almirante Aragão. A insubordinação de marinheiros e fuzileiros navais, e a solução dada pelo Presidente à crise na Armada, fazendo o Almirante Aragão retornar ao comando dos fuzileiros, pondo no Ministério um almirante identificado com o marxismo e designando o Almirante

Suzano para o Estado-Maior - já encontravam, do outro lado, uma poderosa aliança de governadores do Centro-Sul, com cobertura militar do II Exército do General Kruel.

Há mais de dois meses que essa aliança estava sendo esquematizada. Ney Braga aderiu a ela quando da visita do Governador Lacerda a Curitiba. Adhemar, Lacerda e Meneghetti já estavam entendidos. Faltava a adesão de Magalhães Pinto. O próprio Lacerda a obteve, entregando ao Governador mineiro o comando-geral das forças democráticas. Mato Grosso e Goiás foram adesões que se fizeram naturalmente, devido à situação geográfica dos dois Estados centrais e da posição ideológica de seus governadores.

Quando o Governador Adhemar de Barros afirmava que tinha condições de reagir à investida esquerdista, não estava blefando. Quando os dirigentes da esquerda radical afirmavam que a revolução estava ganha e eles já se aproximavam do Poder, estavam mentindo. Não contavam as esquerdas com a opinião pública, e o esquema adversário era tremendamente mais poderoso.

O choque pareceu inevitável no momento em que o Presidente João Goulart resolveu tornar irreversível sua posição de comandante de um esquema mal estruturado, e baseado tão-somente na sua liderança popular e nas falsas lideranças sindicais comunistas. Quando falou a sargentos e marinheiros, no dia 30 de março, atacando seus adversários e mantendo sua determinação de ir mais adiante nos seus propósitos, o Sr. João Goulart fez, definitivamente, sua opção. Preferiu contar com as forças populares que esperava se rebelassem em todo o País para enfrentar a reação política e militar ao seu novo governo, à quebra da hierarquia nas Forças Armadas e ao poder sindical representado no CGT.

Essas forças, porém, não foram suficientes para manter o Sr. João Goulart no Poder e garantir a sobrevivência de seu esquema político. Muito mais poderosas do que elas, melhor articuladas, e com apoio da opinião pública do principais Estados do País, eram as forças contrárias.

O Sr. João Goulart marchou, então, para a luta, consciente de que contava ao menos com os trabalhadores mobilizados pelos sindicatos e com a lealdade dos chefes militares à autoridade do Presidente da República. Mas os sindicatos falharam totalmente na mobilização das massas operárias, e os chefes militares viram-se na contingência - cruel para eles - de sacrificar o mandato do Chefe da Nação para evitar a desagregação das Forças Armadas, a tomada do Poder pelo esquema esquerdista radical e, quem sabe, a guerra civil no País.

O General Kruel não desejava a deposição do Presidente. O General Jair nunca a desejou. Nem o General Âncora, nem o General Castelo Branco. O Comandante do II Exército chegou a sugerir ao Presidente, no momento em que suas forças se preparavam para marchar sobre o Rio, que desarticulasse o sistema esquerdista, fechasse o CGT, normalizasse a situação na Marinha e ele, Goulart, contaria com o apoio das Forças Armadas. Mas o Presidente disse não. Não sacrificaria seus aliados, frase que repetiria, mais tarde ao Ministro Jair Dantas Ribeiro, quando este lhe fez idêntico apêlo. Estava o Presidente diante de uma opção que lhe era colocada pela quase totalidade das Forças Armadas: ou desarticulava o dispositivo de esquerda que passara a comandar, ou os generais teriam que tomar posição para defender a integridade do regime democrático que juraram defender.

Conscientemente, o Sr. João Goulart marchou para o sacrifício. Não recuou um passo, quando poderia ter declarado a ilegalidade do CGT, reformado o comando da Marinha e mantido a prisão do Almirante Aragão, decretada pelo Ministro Silvio Mota. E quando já se esperava o choque das forças do II Exército com as tropas da Vila Militar, que se mantinham fiéis ao Presidente, o General Jair - recusado o apêlo que fez ao Sr. João Goulart - renunciou ao posto, deixando ao Estado Maior do Exército a decisão suprema. O Presidente pensou em resistir, mas nunca na Guanabara, onde os comandos militares agiam com extraordinária rapidez na mobilização de tropas e no encaminhamento de uma solução política para a crise.

Não tendo renunciado ao posto nos momentos decisivos da crise, o Presidente quis que se caracterizasse a sua deposição. Escolheu o seu caminho, quando teve todas as condições para contornar a crise no seu primeiro instante. Trocou o seu mandato pela liderança popular que espera exercer na faixa revolucionária que o Sr. Brizola ocupou sozinho nos dois últimos anos.



David Nasser não se afastou de sua trincheira um só minuto, apesar de avisado, pessoalmente, pelo Governador Adhemar de Barros. O jornalista continuou na Guanabara, em sua trincheira não apenas de palavras.

Saber ganhar

AGORA, êles sabem que a sua espada não é de pau, meu velho Capitão, e eu volto o pensamento até aquele quarto da casa paulista, onde as suas mãos trêmulas escreviam a história dêste país, dizendo-me: "Péter plus haut que son cul".

AGORA, êles sabem que a sua doença democrática só tinha êste remédio. Deputado João Calmon, quando você, na sua admirável teimosia, recusava todo e qualquer acôrdo e desfraldava a bandeira suicida. Se teríamos que morrer vergonhosamente amanhã, que morrêssemos com honra, hoje.

AGORA, êles sabem que as suas palavras não eram simples filigranas verbais, Governador Carlos Lacerda, homem afirmativo, líder másculo, democrata autêntico, brasileiro enlouquecido de amor à sua Pátria - e que se desesperava ao vê-la conduzida ao curral das nações arrebanhadas. Meses a fio, exposto na primeira linha, combatente de vanguarda, sabendo que a cada esquina um nôvo perigo o esperava, você, meu bravo companheiro, só teve um guarda-costas: Deus. O capanga divino, que com a sua infinita sabedoria enguiçava o carro do Faz-Tudo, iluminava o espírito dos coronéis, cobria de lucidez a decisão dos pára-quedaistas, evitara a sua eliminação, o caminho aberto, supunham êles, para a fácil conquista de um resto de Pátria. Mas êles estavam enganados,

sempre estiveram enganados, continuam enganados. Nenhum de nós era essencial, qualquer de nós, bem ou mal, seria substituído, mesmo você, grande e insubstituível Carlos Lacerda. Não se matam idéias.

AGORA, êles sabem que a sua intransigência democrática, jovem Adhemar de Barros, môço governador de uma terra indomável, agora êles sabem que a fé o rejuvenesceu, o espírito de luta o retemperou, e você, môço Adhemar, sejam quais forem os erros do passado, a todos redimiu na bravura de sua última jornada. Mil vêzes você, com todos os pecados, Adhemar, diabo velho! Mil vêzes você que aquele falso honrado, Jânio Quadros, até agora escondido debaixo da cama, à espera de que a última cidadela se renda, que o último homem se defina. Ah, tivéssemos nós ensarilhado as armas, tivéssemos nós tido piedade dos canalhas, tivéssemos nós permitido com o nosso silêncio que êles voltassem - e quem se encontraria, agora, no govêrno de São Paulo? A cachaça cívica, o fauno de Adelaide, o entreguista Jânio Quadros, responsável primeiro pela guinada do Brasil para o Oriente, aliado dos comunistas, traidor de sua Pátria. Graças a Deus, à Providência de que nos fala Adhemar, como o instrumento divino, foi buscar no museu dos canastrões, o canastrão maior - você, velho, passado, cansado, desonrado, reabilitado, contestado, enquartejado, encarcerado, processado, libertado, envergonhado, ressuscitado, reabilitado - e agora numa demais exaltado Adhemar de Barros. A História, se alguma verdade houve no balanço dos seus erros, a História o passou por seu banheiro carrapaticida. E o futuro o julgará pela importância de sua luta na redemocratização de sua Pátria.

AGORA, êles sabem que a sua coragem não se conta pelos fios de cabelo, ó indecifrável Magalhães Pinto, mineiro silencioso, patriota humilde, general sem farda de um dos movimentos mais perfeitos da história revolucionária. O Brasil nunca se esquecerá que o primeiro grito foi seu, o primeiro gesto de um ballet inesquecível, o primeiro passo da longa marcha democrática.

AGORA êles sabem que os três anos de silêncio do General Mourão não significavam três anos de capitulação, mas três anos de conspiração, três anos de prudência, três anos de silêncio - para o grande despertar da nacionalidade. Alguns generais que pareciam anestesiados - hoje o sabemos - estavam apenas de vigília. Luiz Guedes, Castello Branco, Costa e Silva, Décio Escobar, Correia de Melo, tantos generais, tantos brigadeiros, tantos almirantes jurados na intransigente defesa da democracia brasileira.

AGORA, êles sabem que aquelas medalhas exibidas pelo General Amaury Kruel não eram de lata nem foram conquistadas noutro campo que não fosse o de honra. Êles sabem, meu bravo Kruel, que, acima de sua fidelidade a um homem, você colocava a lealdade à sua Pátria ameaçada por um bando de canibais políticos.

SABÍAMOS, todos que estávamos na lista negra dos apátridas - que se êles consumassem os seus planos, seríamos mortos. Sobre os democratas brasileiros não pairava a mais leve esperança, se vencidos. Uma razzia de sangue, vermelha como êles, atravessaria o Brasil de ponta a ponta, liquidando os últimos soldados da democracia, os últimos paisanos da liberdade. Onde estaria Carlos Lacerda a esta hora? Onde estariam Adhemar, Calmon, Armando Falcão, Castello Branco, Mourão, Gustavo Borges, Anísio Rocha, Alkimin, Magalhães Pinto, Ney Braga, Costa e Silva, Décio Escobar, tantas, tantas vezes e tantas espadas que não se calaram, não se embainharam em todos êsses longos meses da comunização do Brasil? Se outros fôssem os vencedores, não haveria contemplação.

A VIRTUDE da democracia está em saber ganhar. Em seu nome, em nome da Democracia, não se pode permitir que a injustiça se pratique em nome da Justiça, que sejam anulados, sem processo legal, os mandatos populares, que a Constituição seja rasgada em nome da Constituição.

TODOS sabem o desprezo vegetariano que voto a certos homens fistulizados que compunham o cerne dêsse Govêrno que caiu. Mas - advertiu na sua cristalinidade política o próprio Governador da Guanabara - um democrata autêntico não odeia um homem, odeia uma idéia. Odeia, não a figura ridícula de um Ministro comendo feijoada e bebericando enquanto a lama corria sob os pés de um regime vilipendiado. Odeia, não os gestos febris de um adolescente político saído de uma taba espiritual para a Casa Civil da Presidência. Odeia, não aquelas figuras tenebrosas do CGT, aquêles pobres moços ensandecidos da UNE, aquêles sargentos equivocados, mas tudo o que a idéia que êles defendiam, honesta ou estupidamente, representava.

NÃO é porque eram criminosos, que em criminosos vamos nos transformar. Não é porque representavam o totalitarismo, a radicalização, o que de mais vergonhoso, mais sórdido, mais brutal e mais brasileiro pudesse existir no Brasil que devemos nós, os democratas, pedir-lhes as armas e as usar com a mesma ausência de liberalidade democrática. O que nos diferencia dêles é justamente isto. O mesmo que diferencia a carniça que êles são do abutre que não somos.

NÃO significa que os criminosos não devam ser punidos nem os responsáveis irresponsabilizados. Significa que cada um pague pelo que fêz, não pelo que foi. Ninguém tem culpa de ter sido Ministro de um Govêrno legalmente eleito, constitucionalmente organizado. Ninguém tem culpa de ter sido Ministro de João Goulart, nem mesmo o Senhor Abelardo Jurema.

O QUE me enoja não é ver os ratos fugirem do navio que se afunda, mas aquêles que ontem lhes comiam a comida, ajudar a matá-los.

PARTE o Senhor João Goulart para Pôrto Alegre, para o Uruguai, para a Espanha, sem o meu ódio. Nunca consegui odiá-lo — e até hoje — permita-se a um adversário de suas idéias e de seus métodos confessar após o crepúsculo de um deus que tinha os pés de barro — não o consigo odiar. Vejo-o ainda, no seu pequeno trono do Alvorada, como um pobre homem, incapaz de governar, de distinguir amigos de aproveitadores, inimigos de oponentes.

CAIU porque em seu espírito engarrafado pela mediocridade mais positiva dêste País, nunca deixou de existir o estancieiro que contava os aliados como quem conta o gado no curral.

CAIU porque acreditou que aquêles que lhe faziam planos de continuísmo, acenando com o poder sindical, com o dispositivo militar, acreditavam no que diziam. E lutariam por tudo aquilo que o Senhor João Goulart acreditava. Mas o Senhor João Goulart não acreditava realmente em nada. A não ser na sua boa estrêla, que era a estrêla vermelha.

RECUSO-ME a pisar sobre os cadáveres morais dêsses homens sobre os quais, com o risco da própria vida, dentro das limitações que me eram impostas por uma organização que êles ameaçavam destroçar, tantas vêzes caminhei pela estrada que nos conduzia ao imprevisto de um fim melancólico ou de uma

liberdade sonhada.

NÃO será em nome dessa liberdade conquistada que iremos tripudiar sôbre os vencidos. Aquêles que eram comunistas, continuarão a sê-lo, talvez com menos esperança. Aquêles que eram os pobres enganados dessa República — talvez abram os olhos, os vencedores não procederem com a mesma fúria, o mesmo despotismo, a mesma insensibilidade daqueles que nem por isto deixaram de ser brasileiros e possivelmente democratas equivocados. A compreensão e a justiça talvez os ajudem a abrir os olhos.

WILSON FIGUEIREDO conta que, em plena ocupação do velho órgão da Condêssa, um fuzileiro pediu para telefonar para a mulher a quem não via há três dias de longa e sofrida prontidão. Não apenas deixaram o invasor telefonar, mas serviram um cafezinho bem brasileiro. Nesse momento, também, o Brasil estava voltando a ser brasileiro.

POIS é esse cafezinho brasileiro que devemos servir aos que erraram por acreditar demais ou erraram por acreditar de menos. Respeitemos as suas famílias, as suas idéias falsas, e apuremos apenas os seus possíveis crimes. A menos que voltem a ser inimigos, a se constituírem em vírus vivos — os inimigos vencidos deixam de ter nomes.

DAVID NASSER

O Cruzeiro - 10 de abril de 1964 - Edição extra



Governador Adhemar de Barros

Depoimentos de Magalhães, Adhemar, Lacerda e Juscelino sôbre a vitória da Revolução

MAGALHÃES

O Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, liderou o grande movimento político-militar em defesa do regime democrático. Sem perder a serenidade um só momento, o dirigente udenista manteve o clima emocional, a união de Minas e a decisão de conquistar a vitória. Quando ela foi conquistada, declarou com exclusividade para “O Cruzeiro”:

O movimento restaurador da legalidade, que Minas tomou a iniciativa e a responsabilidade de desencadear, com o apoio de todos os brasileiros, em breve estará concluído com a formação de um Governo em condições de promover a paz, o desenvolvimento nacional e a justiça social. Belo Horizonte, 2 de abril de 1964.

ADHEMAR

O Governador Adhemar de Barros em entrevista exclusiva cedida a “O Cruzeiro” – a primeira desde a eclosão do movimento armado contra o govêrno do Sr. João Goulart –, disse que dará combate sem trêgua aos comunistas, caçando-os onde estiverem, em qualquer ponto do território nacional. Visivelmente eufórico, apesar do cansaço de muitas horas sem dormir, o Sr. Adhemar de Barros começou dizendo que o movimento revolucionário por êle comandado em São Paulo começou na noite de 31 de março de março, “para valer”.

– Quando vocês todos estavam dormindo, sonhando com a liberdade, nós já mandávamos os primeiros comunistas para a Casa de Detenção.

E frisou:

– Mas à velha Casa de Detenção, pois não têm mais direito nem à cadeia nova.



Governador Carlos Lacerda

“A Polícia de São Paulo” – continuou – “agiu com absoluta segurança, colaborando com o General Amaury Kruel, que desde o início estava integrado no nosso esquema de libertação nacional. Naquela altura, eu e mais seis governadores de Estado (Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Guanabara, Mato Grosso e Paraná) já tínhamos pronto o decreto de beligerância que iria instaurar o primeiro govêrno brasileiro. Eu próprio redigi o manifesto que ainda se encontra em meu poder. Queria com isso comunicar ao Mundo que no Brasil ainda havia líderes realmente democratas que não toleram o jôgo vermelho.

“O Brasil retornará agora à sua política internacional de apoio incondicional ao Ocidente. À sua política de livre iniciativa. Abandonamos o tripé instalado pelo Goulart. Tripé apoiado em órgãos espúrios como CGT, UNE, PAC, PUA e outros. No govêrno dele mandavam os pelegos, os estudantes vermelhos, os camponeses doutrinados e os escravos de Moscou.

“Agora, caçaremos os comunistas por todos os lados do País. Mandaremos mais de 2 000 agentes comunistas – numa verdadeira Arca de Noé – para uma viagem de turismo à Rússia. Mas uma viagem que não terá volta. Que falem em democracia, agora, na Rússia.

“Não deporemos armas enquanto não expulsarmos tôda a canalha vermelha. Caçaremos os mandatos de todos os parlamentares, governadores e prefeitos comunistas. Não mais permitiremos a infiltração no nosso meio, pois não podemos nos reerguer enquanto tivermos comunistas em nossos alicerces. Não aceito acôrdo de espécie alguma com comunistas.

“Êles jamais quiseram reforma de base. O que êles queriam era fazer delas escudo para a reforma da Constituição. Mas nós não o permitimos. Agora terminou tudo. O Presidente Mazzilli vai revogar todos os decretos espúrios (SUPRA, aluguéis, encampações etc.). A SUPRA é uma entidade comunista.

“Nós começamos em 60 muito mal (refere-se a Jânio) mas, graças à Virgem Maria, dois jotas nós já conseguimos derrotar. Agora só falta o terceiro (JK), que sempre foi o principal conselheiro de Jango. Quando êste procurava o caminho democrático, êle colocava lenha na fogueira. Os três jotas estavam unidos para derrotar a Democracia.

“Voltamos ao poder para pacificar. Não quero nada. Apenas a democracia autêntica, sem receber ordens de Moscou.

“Vamos começar imediatamente o expurgo dos comunistas. Darcy Ribeiro, Jurema, Valdir Pires, Ryff, Pinheiro Neto, Eloy Dutra e outros canalhas.”

Finalizando disse: “Goulart bolchevizou a família brasileira. Mandou mais de 11 mil estudantes paulistas fazerem cursos comunistas na Rússia. Agora, vou mandar os comunistas falar em liberdade em Moscou”.

LACERDA

Antes, durante e depois da crise, o Governador Lacerda estêve no centro dos acontecimentos. E, como é de seu feitio, pronunciou-se diversas vêzes com a maior veemência. Na tarde do dia 1º de abril, anunciando ao povo a vitória das fôrças comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho, o Governador da Guanabara fêz declarações através do rádio, declarações que constituem verdadeira sùmula do que êle dissera até então.

Depois de se dirigir às donas de casa, pedindo-lhes que se mantivessem calmas, o Governador passou a analisar o Sr. João Goulart, seu Govêrno e as causas que determinaram a necessidade do seu afastamento. “De herdeiro de alguns hectares de terra, transformou-se, em poucos anos, em proprietário de mais de 550 mil hectares – uma área igual a quatro vêzes e meia o território da Guanabara.”

E prosseguiu: “Associado do Sr. Wilson Fadul (que por isso foi ser Ministro da Saúde, e não porque seja



Senador Juscelino Kubitschek

um cientista), em quatro anos, com dinheiro do Banco do Brasil, e com dinheiro cuja origem não explica, o Sr. João Goulart transformou-se num dos homens mais ricos deste País, com três bois por hectare em suas fazendas”.

“O Sr. João Goulart é um leviano que nunca estudou – e não estudou porque não quis, não é porque não pôde. E agora, no Govêrno do País, queria levar-nos ao comunismo.”

Explicando que discordara da investidura do Sr. João Goulart na Presidência da República, mas terminara aceitando-a, disse o Governador Lacerda: “Eu o conhecia bem. Mas, como bom democrata, submeti-me à vontade da maioria, quando entrou em vigor a fórmula do Parlamentarismo. Mas o Sr. João Goulart não queria governar. Adulava, de dia, os trabalhadores que condenava ao desemprego, de noite. O Sr. João Goulart jurou fidelidade ao Parlamentarismo, para logo em seguida impor o plebiscito, e todo o povo votou. Eu não votei porque achava que o plebiscito era uma palhaçada, e repito que era”.

“Quem quiser fazer reformas deve ter a honestidade de dizer que as fará sem reformar a Constituição. Há necessidades de se fazer reformas, e eu acho que se pode fazer isso sem se mexer na Constituição. Mas o Sr. João Goulart não queria isso. Montou um dispositivo sindical nos moldes fascistas, com dinheiro do Ministério do Trabalho, dinheiro roubado do imposto sindical, roubado do salário dos trabalhadores, para pagar as manifestações de banderinhas e as farras dos homens do Ministério do Trabalho.”

“Ao mesmo tempo, começou a criar dificuldades para a Imprensa, para os jornais, para o rádio e a televisão, iniciando um processo de escravização dos homens livres que fazem a imprensa do nosso País. Depois de criar as dificuldades, o Sr. João Goulart oferecia-se para resolvê-las, enquanto dava curso ao processo de entreguismo do Brasil à Rússia. O Sr. João Goulart foi o maior entreguista que já teve este país.”

Continuando seu discurso, acusou o ex-Presidente Goulart de iniciar o solapamento da autoridade militar, entregando os comandos militares a gente sem prestígio nas Forças Armadas. “O desprestígio” – disse Lacerda – “atingiu a todos os setores do Govêrno, os Ministérios Civis e a própria Casa Civil da Presidência, onde estava Darcy Ribeiro, um instrutor de tupi-guarani, que acabou reitor da Universidade de Brasília sem jamais ter sido professor”.

Dizendo que os brasileiros honrados que votaram em João Goulart não tinham dado seu voto ao comunismo (“portanto Jango enganou o povo”), Lacerda fez referências elogiosas aos Generais Castelo Branco e Mourão Filho, atacando em seguida o Almirante Aragão (“sem condições para ser almirante”), e aludindo ao Cabo José Anselmo: “A Marinha é tão ruim que um cabo pode ser estudante de Direito. Em nenhuma Marinha do Mundo, nem nos Estados Unidos, nem na Rússia – um cabo tem tempo para estudar Direito. E o Sr. João Goulart acobertou, patrocinou, estimulou toda essa gente, jogando marinheiro contra soldado, farda contra farda, classe contra classe, brasileiro contra brasileiro”.

“Assim, não era possível que Marinha, Aeronáutica e Exército suportassem mais tamanha impostura e tamanha carga de traição.” E concluiu: “Deus é bom. Deus teve pena do povo”.

JUSCELINO

Dizendo que a legalidade é anticomunista mas não é antipopular, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, candidato do PSD ao Palácio do Planalto em 1965, afirmou em entrevista exclusiva a “O Cruzeiro” que a hora é de grandeza democrática, e que o Brasil precisa de reformas contra os privilégios e contra os extremismos. A palavra do líder que esteve, também, no centro dos últimos acontecimentos é decisiva para o desarmamento dos espíritos, agora que o País volta à paz e ao trabalho.

É com o pensamento voltado para Deus, grato à sua proteção ao Brasil e ao seu povo, que saúdo a nossa gente pela restauração da paz, com legalidade, com disciplina e com a hierarquia restauradas nas Forças Armadas.

No auge da crise, quando era próxima a possibilidade de derramamento do generoso sangue brasileiro, o apêlo à paz, com legalidade, disciplina e hierarquia, tinha de ser ouvido. E foi ouvido. A paz está mantida. A legalidade engrandecida. A disciplina e a hierarquia rejuvenescidas.

Mas do que nunca o Brasil precisa de paz: nos espíritos e nos corações. A mente clara, para pensar sem ódios e sem rancores. A convalescença terá de ser curta, sem radicalizações e sem ressentimento. Não manteremos a paz da Democracia representativa com sentimentos de vingança e rancores condenáveis.

A hora é de grandeza democrática. De grandeza da própria Democracia. De volta à rota do progresso pela criação da riqueza e da multiplicação das oportunidades de viver melhor. Sem progresso não haverá liberdade para alcançar a justa distribuição da riqueza. Continuaremos a socializar o escasso.

A paz não exclui, todavia, a vigilância democrática. O perigo comunista não estava, como se viu, no comportamento do povo e dos trabalhadores, ordeiros e democratas. O perigo comunista estava na infiltração em comandos administrativos.

A vigilância democrática não significa, porém, a oficialização em qualquer ponto do território nacional do libericídio, do desrespeito às liberdades individuais e associativas. E muito menos daquelas liberdades que mais de perto se relacionam com as aspirações populares e com os direitos associativos, com os sindicatos libertados de influências políticas de cúpula.

A legalidade é anticomunista, mas não é antipopular. A legalidade democrática deverá estar aberta, em todos os seus canais de comunicação, ao livre curso dos debates.

A legalidade democrática abre também a possibilidade de recolocar o problema das reformas de base. As reformas realmente democráticas, dentro da ordem social e econômica. Reformas que elevem o padrão de vida do povo, nos campos e nas cidades, significando socialização da riqueza, com a preservação integral do princípio da propriedade privada, que cumpre estender e generalizar, dando prioridade aos que nada possuem.

Não temos dúvida em afirmar que a Democracia só será consolidada e enriquecida com a conquista permanente da devoção popular.

A legalidade democrática nos conduzirá às eleições. Será a continuidade do regime, já restaurado com a posse, pelo Congresso, do meu eminente companheiro de partido, o Presidente Ranieri Mazzilli. O ritual democrático está firme. É preciso, agora, que os fins que êle simboliza sejam realizados pela ação dos brasileiros lúcidos e tolerantes.

O Brasil das reformas é o Brasil democrático, contra privilégios e contra extremismos. É o Brasil sem frustrações. Esperançoso, rico e mais justo.

O Cruzeiro - 10 de abril de 1964 - Edição extra



Cercado por sua mulher (D. Berenice) e dois filhos (Fernando e Eduardo), vários amigos e auxiliares, o Governador Magalhães Pinto comemora a vitória do movimento deflagrado por ele, com o clássico gesto dos dedos em "V".

Magalhães, o herói da Revolução

Reportagem de Oswaldo Amorim, Luiz Alfredo e José Nicolau

ARTICULADOR e iniciador do movimento que culminou com o afastamento do Presidente. João Goulart, o Governador Magalhães Pinto foi aclamado em Minas como o grande herói da insurreição vitoriosa e calorosamente festejada em todo o Estado.

Contando com a decidida colaboração das tropas do Exército sediadas em Minas, além dos 18 mil homens da Fôrça Pública do Estado e de total apoio popular, o Governador Magalhães Pinto iniciou a história arrancada pelas liberdades democráticas com um vigoroso manifesto, em que afirmou terem sido inúteis tôdas as advertências contra a radicalização de posições e atitudes e contra a diluição do princípio federativo.

A eficiente articulação empreendida, que garantiu a adesão de elementos decisivos, e a rapidez e ação foram preciosos para a fulminante vitória das fôrças democráticas.

Durante todo o desenrolar da crise, o Sr. Magalhães Pinto permaneceu no Palácio da Liberdade, cercado pelo seu "staff" e em permanente contato com os Generais Carlos Luís Guedes. Comandante da ID-4 (sediada em Belo Horizonte) e Olímpio Mourão Filho, Comandante da 4.^a Região Militar (Juiz de Fora) e fazendo ligações para outros chefes militares e vários Governadores de Estado. Somente saiu, no dia 1.^o, para visitar os quartéis do 12.^o RI e da Polícia Militar, o Destacamento de Base Aérea (único núcleo rebelado da FAB) e o Centro de Recrutamento de Voluntários, acompanhados do Cel. José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar, Cel. José Guilherme, chefe do Gabinete Militar (ambos foram peças importantes do movimento que eclodiu em Minas e se alastrou no País) e dos Senadores Milton Campos e Afonso Arinos — nomeados secretários sem Pasta do govêrno mineiro.

A vitória final, vibrantemente festejada pelo povo de Minas, teve no tranqüilo e decidido Governador Magalhães Pinto o seu grande comandante e maior alvo das manifestações populares em todo o País.

MINAS HORA A HORA

Reportagem de Fernando Richard e José Nicolau

Dia 30 de março, 20h30m. O General Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte, reúne todo os seus comandados e comunica que se rebelara contra o Presidente João Goulart. Reúne-se, depois, com o General João de Faria e o Coronel Emílio Montenegro Filho, da FAB, além do General José Lopes Bragança, no comando da ID-4. Traçam um esquema.

Dia 31 de março. 3h30m. A reunião continua. O General Bragança é incumbido de fazer a convocação dos civis para a revolução. O Governador Magalhães Pinto, no Palácio da Liberdade, declara que apóia e comanda o movimento.

4 horas. Tem início a mobilização dos civis.

7h30m. O Comandante da Base Aérea de Belo Horizonte, Coronel Afrânio da Silva Aguiar, é chamado ao Palácio da Liberdade pelo Governador Magalhães Pinto. O Chefe do Executivo mineiro expõe ao oficial os seus planos. Fala a respeito dos motivos que o levaram a tomar a decisão. Após conferência de uma hora, a portas fechada, o Coronel Afrânio dirige-se para a Base Aérea: tinha dado total apoio ao Governador.

8h30m. O General Bragança vai ao comando da ID-4 e comunica ao General Guedes o andamento da mobilização de civis. No Palácio da Liberdade, o Governador Magalhães Pinto toma tôdas as providências com o Coronel José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar, para que fôssem guarnecidos os pontos estratégicos do Estado. Tropas da PM se deslocam para as fronteiras.

9h30m. O General Olímpio Mourão Filho, comandante da Quarta Região Militar, sediada em Juiz de Fora, telefona ao General Guedes. Conversam reservadamente. Nessa hora, o movimento revolucionário já é do conhecimento do povo. Uma violenta proclamação do General Guedes é lida em tôdas as rádios da capital mineira e de algumas cidades do Interior. Acusa Jango.

10 horas. O General Guedes comunica-se com o Governador Adhemar de Barros pelo telefone. É a primeira vez, desde a deflagração do movimento, que o General conversa com o Governador paulista. No QG da ID-4, estão sendo montadas as instalações telefônicas que iriam ligar, diretamente, o Palácio da Liberdade, o comando do 12.º Regimento de Infantaria, a Polícia Militar, o Destacamento da Base Aérea, o CPOR e outras unidades militares.

13 horas. No Palácio da Liberdade, o movimento é intenso. O Governador, até o momento, não havia aparecido de público. Chegam o Senador Milton Campos, o ex-Chanceler Afonso Arinos, assessôres do govêrno e o secretário da Fazenda, Deputado José Maria Alkmim. Trazem a notícia de que o Marechal Odílio Dennyys se encontrava em Juiz de Fora articulando o movimento com o General Olímpio Mourão Filho. No Departamento de Instrução da Polícia Militar, mais de 500 jovens já se haviam alistado no chamado Exército Civil.

13h30m. O Coronel Emílio Montenegro Filho, da FAB, é mandado a Barbacena, de avião, para entrar em contato com o brigadeiro-comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Em sua companhia, segue o Jornalista Aloísio Cunha, que leva a gravação da proclamação do General Guedes.

14 horas. Os dois enviados chegam a Barbacena. Conversam com o comandante da escola. Um filho do Deputado José Bonifácio prende o juiz de direito de Barbacena. Em Belo Horizonte, o movimento de automóveis aumenta nos postos de gasolina. O combustível fôra requisitado pelo govêrno.

14h30m. Chega a Belo Horizonte o Deputado José Bonifácio, primeiro secretário da Câmara de Deputados. Anuncia a disposição do Congresso de instalar-se na Capital mineira. E diz que todos os deputados por Minas Gerais já haviam sido chamados.

15 horas. Na Assembléia Legislativa, o deputado comunista Gomes Pimenta pede uma comissão para entender-se com as autoridades a fim de ser pôsto em liberdade o Deputado Sinval Bambirra, prêsso na madrugada. A comissão foi formada, mas Bambirra não foi sôlto.

16 horas. Aproximam-se de Juiz de Fora as tropas do 11.º Regimento de Infantaria, de São João del Rey, que começara a deslocar-se para aquela cidade aos primeiros minutos da madrugada. O General Guedes retorna ao QG da ID-4 após conferenciar, mais uma vez, com o Governador Magalhães Pinto. Outra reunião contou com a presença dos dois chefes mineiros da revolução e do Coronel José Geraldo de Oliveira, secretários de Estado Oswaldo Pierucetti (Interior), Roberto Resende (Agricultura) e José Maria Alkmim (Fazenda) e o Srs. Milton Campos e Afonso Arinos.

17 horas. A Polícia Militar começa a ocupar a capital mineira. A Companhia Telefônica, o DCT, emprêsas de comunicações e redações de jornais e rádios foram tomadas pela PM.

19 horas. Aumenta o número de adesões de civis ao movimento revolucionário. As inscrições são feitas no Grupo Escolar Pandiá Calógeras. Todos usam no braço direito uma braçadeira verde-amarela com um triângulo no centro. É o símbolo mineiro do levante revolucionário.

19h30m. O General Guedes solicita a cooperação de companhias construtoras para que enviem carrêtas pesadas: transporte de material até Juiz de Fora. Quinze carrêtas são colocadas à disposição do comandante da ID-4.



O GENERAL Carlos Luis Guedes, comandante da ID-4, foi uma peça essencial na hora de pôr em ação o dispositivo militar mineiro.

20 horas. O Governador Magalhães Pinto fez seu pronunciamento à Nação. Estava formada a Cadeia da Liberdade, que levou a todo o Brasil a palavra do líder mineiro. Governadores de outros Estados, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Guanabara, Goiás, Mato Grosso e Bahia, apenas esperavam a palavra do governador de Minas, para dar início ao movimento nas áreas de sua responsabilidade.

20 h 30 m. Chega ao comando da ID-4, o Coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes, comandante do 4.º Regimento de Obuses, sediado em Pouso Alegre. Procedia do Rio de Janeiro. Após rápido contato com o General Guedes, põe-se à disposição do comandante da ID-4.

21 horas. Engenheiros se apresentam ao comando da ID-4 para as emergências que surgirem com o decorrer da crise militar. São especialistas em restauração de pontes e construções. Médicos dão conhecimento ao comando revolucionário de vários postos em Belo Horizonte.

22 horas. Com exclusividade, a reportagem de “O Cruzeiro” consegue entrar na Base Aérea de Belo Horizonte e fotografa os praças e oficiais revoltosos. O comandante da guarnição só havia dado conhecimento da revolução aos oficiais. Mais tarde falaria ao resto do contingente. Indagado a qual comando estava subordinado, disse o Coronel Afrânio Aguiar que “seu único comandante era o Governador Magalhães Pinto”. Os oficiais mantinham-se calmos e aguardavam o desenrolar dos acontecimentos.

22 h 30 m. Pelo telefone, o General Guedes é informado de que o Presidente João Goulart deseja um entendimento com o Governador Magalhães Pinto e os chefes militares de Minas Gerais. Afirma-se que o Sr. João Goulart chegou a propor uma mediação “para resolver o impasse surgido entre a administração federal e o governo mineiro”. O General Guedes se recusa a manter conversação com o Chefe da Nação. Idêntica é a atitude do Governador Magalhães Pinto.

23 horas. Todo o dispositivo revolucionário se encontra em ação. O secretário da Agricultura de Minas, Sr. Roberto Resende, toma as providências necessárias a que não houvesse falta de gêneros nos dias seguintes. “Minas poderá resistir cem dias” - afirmou. Foi determinado o levantamento de todo o estoque de carne no Estado.

24 horas. As poucas pessoas que se mantinham próximas ao Palácio da Liberdade se mostravam apreensivas com as notícias de que tropas do I Exército estavam marchando contra Minas Gerais. Entretanto, neste momento o Coronel José Guilherme anuncia que o Governador Magalhães Pinto havia recebido um comunicado do General Amaury Kruehl, dizendo que estava à frente do II Exército marchando contra o Estado da Guanabara. A alegria foi geral.

Dia 1.º de abril. 1 h 15m. O Comandante da Base Aérea de Belo Horizonte fala, pelo telefone, com o Brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da 3.ª Zona Aérea, e comunica a sua condição de rebelado. É imediatamente exonerado, juntamente com o subcomandante, Major Nelson Santiago. Não acata a decisão. Reúne a tropa, dá ciência de sua condição e liberdade de ação para os que não quiserem aderir. Toda a tropa se mantém com o comandante destituído. O Coronel Afrânio Aguiar, então, toma medidas de segurança.

8 horas. No QG da ID-4, a satisfação é geral. O General Guedes recebe dez pilotos civis que se colocam à disposição para qualquer eventualidade. Várias companhias de aviação põem suas aeronaves a serviço do Governador Magalhães Pinto.

8 h 30 m. Pela primeira vez, desde o início do movimento, o Governador Magalhães Pinto deixa o Palácio da Liberdade. Visita várias unidades rebeladas. Vai ao Centro de Recrutamento, onde é recebido entusiasticamente. Depois, dirige-se ao Departamento de Instrução da Polícia Militar e ao 12.º Regimento de Infantaria. Por último, visita a Base Aérea de Belo Horizonte.

12 h 30 m. Num contato com os repórteres de “O Cruzeiro”, o Governador Magalhães Pinto declara que “foi diminuído o prazo que se esperava para a vitória final”. O prazo inicial era de dez dias.

14 horas. No Palácio da Liberdade, o Governador Magalhães Pinto continua reunido com o seu secretariado. O Secretário do Interior, Oswaldo Pierucetti, articulador civil da revolução, faz vários contatos com São Paulo, Guanabara e outros pontos do País. As notícias continuam a chegar, sempre animadoras. Os chefes revolucionários aumentam a sua euforia. O prazo, de que falou o Governador Magalhães Pinto, encurta ainda mais. Para todos, a coisa mais certa é que as forças democráticas consigam dominar o País dentro de mais algumas horas. Os chefes militares conferenciam. De repente, as ligações telefônicas com Brasília são cortadas. Não se fala mais com a Capital do País. Há uma notícia, logo desmentida, que preocupa o chefe do Executivo mineiro: é a de que o Palácio Guanabara está cercado e de que havia sido cometido um atentado contra o Governador Carlos Lacerda.

15 horas. O Governador de Minas Gerais deixa o Palácio da Liberdade para passar em revista as tropas da Polícia Militar que, em oito ônibus, deixam Belo Horizonte com destino a Juiz de Fora e várias outras cidades do interior do Estado. É aclamado pela multidão que se reúne em frente à sede do Executivo mineiro.

15 h 15 m. Quando regressava ao Palácio, as rádios comunicam a adesão do I Exército. Aos gritos de “Terminou a revolução!” e “Vitória!” a multidão carrega em delírio o Governador Magalhães Pinto. Nas ruas centrais da cidade, a população lança papéis picados do alto dos edifícios. É a comemoração da vitória. Milhares de pessoas subiam a Avenida João Pinheiro com destino ao Palácio da Liberdade cantando “Minas Gerais” e o Hino Nacional. O Governador Magalhães Pinto, entretanto, preocupava ainda com as notícias de que havia resistência no Rio Grande do Sul, embora estivesse certo de que a sua luta pela democracia tinha sido coroada de êxito e, praticamente, chegara ao fim.

20 horas. Através de uma cadeia de rádio e televisão, o Governador Magalhães Pinto, no Palácio da Liberdade, faz sua primeira proclamação como chefe da revolução de 72 horas que abalou o Brasil.

O Cruzeiro - 10 de abril de 1964 - Edição extra

São Paulo em guerra pela liberdade

Reportagem do “Bureau” de “O CRUZEIRO” em São Paulo



Momento em que manifestantes eram dispersados próximo ao QG do II Exército.



Comemoração da “renúncia” de Jango por alunos do Mackenzie, com bandeiras em punho, em plena manifestação.

Batalha da CTB acabou sem disparar um tiro

A Companhia Telefônica Brasileira foi ponto de uma pequena guerra particular. Trinta e dois homens estavam lá dentro. Os policiais se dispõem a invadir o prédio. Quando o conseguem, Nelson Gatto, a quem procuravam, tinha desaparecido. Antes, porém, houve isolamento da área, pedidos de jornalistas aos policiais superarmados em favor de Nelson Gatto, que é também jornalista, e tudo acabou sem que um tiro sequer fosse disparado. A CTB foi dominada.

Ruas interditadas protegeram os democratas



VÁRIAS ruas de São Paulo ficaram obstruídas por barricadas. Ninguém podia passar.

próximas a lugares considerados de como o Quartel General do II Exército e a Segurança Pública.

De outro lado, porém, meios mais rápidos utilizados para a movimentação das tropas de atingir pontos estratégicos com rapidez, eficiência na operação de guerra. Tudo foi cumprido dentro de um plano rígido de segurança e de bom rendimento tático.



A VITÓRIA chegou. E de todos os prédios do centro da capital paulista uma chuva de papéis picados foi a maneira de saudá-la.

O problema dos transportes teve duas faces, durante a crise em São Paulo. De um lado, várias ruas da cidade foram interditadas ao trânsito, principalmente aquelas que davam acesso ou passavam bem importância militar, Secretaria de

de transporte foram tropas, que tinham a fim de ganhar

São Paulo viveu, assim, horas de guerra, ainda que não resultassem os movimentos e as medidas em nenhum choque verdadeiramente sangrento. O que havia de realmente desejado era que o País retornasse aos caminhos da Democracia e da paz. Isto foi conseguido.

Vitória da Democracia foi festa de todo o povo de São Paulo

As horas de angustiante expectativa, quando as notícias mais desencontradas eram ouvidas pelo povo paulista, terminaram em festa, com a notícia muita certa da vitória das forças democráticas.

O Governador Adhemar de Barros, que se mantivera sem descanso, sorriu satisfeito: a vitória da Democracia era, de certo modo, um pouco a sua vitória. Ele se pusera, desde o início, na posição de um batalhador irredutível de sua causa e São Paulo marchou coeso com ele, atendendo à sua palavra inflamada e patriótica.

Nas ruas, à hora final, o povo esteve presente, comemorando com papéis picados atirados do alto dos edifícios. De cada janela, pulava um coração paulistano ao mesmo compasso da alegria de todos os corações brasileiros que desejavam o retorno do País à ordem.

S. PAULO HORA A HORA

31 de março – *de manhã* – São Paulo amanhece sob a repercussão da manifestação dos sargentos e do discurso do Presidente Goulart na Guanabara e a notícia de mobilização em Minas Gerais. No Palácio dos Campos Elísios o clima é de nervosismo. O Governador Adhemar de Barros nega-se a falar à imprensa e mantém reunião secreta com o Deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara Federal. De prontidão e com tanques em fila no Ibirapuera, o II Exército não revela seus objetivos.

Muitas notícias continuam a chegar de Minas Gerais. A 4ª Região Militar teria deslocado suas tropas para a fronteira com o Estado do Rio. Anuncia-se manifesto do Governador Magalhães Pinto.

De tarde – Comenta-se no Palácio dos Campos Elísios que o Governador passara a madrugada do dia 31 em Belo Horizonte, com o Sr. Magalhães Pinto.

O Governador de Minas lança manifesto à Nação: “o Presidente da República subverteu a disciplina e Minas se levanta para garantir a normalidade constitucional”, diz. Correm boatos de que Minas se proclamaria “território nacional livre” com Constituição própria, inclusive. O Governador Adhemar de Barros afirma que “não existe mais o regime federativo no País”.

Nas ruas há um evidente nervosismo. As calçadas estão cheias de gente agitada que corre aos bancos, os quais, sem cobertura do Banco do Brasil, vão pagando cheques enquanto têm dinheiro e depois fecham suas portas. Com exceção dos bancos mineiros que fecharam as portas antes e se negaram a pagar. Apurou-se que assim fizeram por recomendação do Governador Magalhães Pinto.

Sabe-se que as tropas do Exército em Minas estão sublevadas. Chegam notícias dos deslocamentos de tropas da Guanabara para enfrentá-las. Teme-se o choque. O Governador paulista continua se recusando a falar. Igualmente o General Krueel, comandante do II Exército.

De noite – Às 19 horas o Governador ainda se recusava a falar, mas às 20,30 horas gravaria um vídeo-tape com uma declaração de apoio ao movimento de Minas. Antes, porém, de divulgado o documento de Adhemar, era Magalhães Pinto quem falava outra vez: “Temos certeza da ajuda de São Paulo. Com São Paulo ao lado de Minas, a vitória será rápida”.

Depois de incidentes com funcionários federais que queriam impedir a transmissão, a fala do Governador Adhemar de Barros foi, afinal, ao ar, por uma cadeia de rádio (mais tarde também de TV) às 22,30 horas.

Os policiais afirmam que vão invadir o prédio da CTB. Preparam-se, isolam a área, afugentam os curiosos, começam a entrar por uma porta lateral, armadíssimos. A rua está escura por causa do racionamento, a noite é de garoa e há um grande silêncio. Dezenas de jornalistas esperam em silêncio do lado de fora. Os minutos passam e não há tiros. Os repórteres intercedem em favor do colega, fazem apêlo ao Secretário de Segurança, o tempo passa, não há tiros, nem solução.

Pouco antes da meia-noite é divulgada a posição do General Amaury Krueel, comandante do II Exército: apóia o movimento de Minas Gerais, contra o “jugo vermelho”. Tendo-se o Exército mostrado aliado e não havendo nenhum outro incidente em todo o Estado, o Governador Adhemar de Barros tem agora um só ponto de resistência em seu território: 32 homens fechados dentro do prédio da CTB. As ordens de prisão a qualquer preço são renovadas. A adesão do Exército alivia evidentemente as expressões dos policiais.

Como há elementos do Exército dentro do prédio, a Secretaria de Segurança pede ajuda ao Exército para resolver a questão. Um tenente-coronel não identificado pelos repórteres chega ao prédio logo depois. Entra e não volta mais. “Foi preso como refém”, dizem os policiais. Um pelotão de soldados do Exército chega logo depois. Os soldados estão muito nervosos.

De madrugada – O tempo passa e a única notícia que se tem é de que o tenente-coronel não voltou mais ao andar térreo (o resto está tomado pelos que resistem). Anuncia-se a censura das estações de rádio, jornais e televisão. Baixada portaria a respeito, pelo Governo.

Eram 1,40 horas da madrugada quando a voz do Governador voltou ao ar. Informava que havia seis Estados sublevados para derrubar o Sr. João Goulart, a quem o Governador chama de “ex-Presidente”. Os Estados sublevados são Minas, São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Anuncia a união do governo de São Paulo como II Exército.

Notícias de Santos – mais tarde confirmadas pelo próprio Governador – davam conta, pela madrugada, de que vários líderes sindicais haviam sido presos, o Fórum Sindical de Debates invadido e pôsto fora de ação pela Polícia Estadual.

Enquanto isso, mantinha-se o impasse na Telefônica. As luzes do prédio agora estão tôdas acesas, há boato de que os sitiados fugiram. O tenente-coronel ainda não voltou, ninguém sabe onde estará.

Às 3,30 horas o jornal “Última Hora” é cercado pela Polícia Estadual e, posteriormente, invadido sem

resistência. Sua edição é impedida de circular e o jornal passa a ficar sob controle do Govêrno do Estado. Às 5 horas – quase claro – o tenente-coronel desce e informa: “Nelson Gatto e seus homens fugiram. Presumo que fugiram pelo telhado. Não fui prêso por êles. Perdi todo êste tempo procurando-os pelo prêdio sem os achar”. O que os jornalistas concluíram, porém, é que o choque, que seria violento, foi contornado por conversações e dada a Gatto a oportunidade de evadir-se. A madrugada termina com a Polícia correndo para um prêdio próximo, supondo que Gatto para lá tivesse passado e pretendendo ali cercá-lo novamente. Foram vãos seus esforços.

Manhã de 1º de abril – A chuva tantas vêzes anunciada pelo Sr. Adhemar de Barros chegou de duas formas: uma, natural, garoa fininha, bem paulista, molhando o asfalto das ruas; outra – aquela a que se referia o Governador – simbolizada pelos carros de tropas que se movimentavam em tôdas as direções e pelas metralhadoras e fuzis embalados. Foi sob as duas chuvas que o povo saiu às ruas, como todos os dias, para as fábricas, para os escritórios, para as lojas. Nisto São Paulo não se alterou. Apesar da tensão, da expectativa e da apreensão estampadas em todos os rostos, o povo foi trabalhar.

A primeira alteração notada na fisionomia da cidade foi congestionamento maior do tráfego nas imediações de quartéis, saídas para as rodovias, estações ferroviárias e outros pontos estratégicos, todos ocupados por soldados do Exército e da Fôrça Pública. Quarteirões inteiros estavam isolados e, em alguns pontos, armadas barricadas com sacos de areia e arame farpado.

O Palácio dos Campos Elísios estava isolado e protegido por um cinturão de segurança que abarcava quatro quarteirões em tórno. O movimento de tropas do II Exército, iniciado às primeiras horas da madrugada, continuava. Pela manhã eram embarcados na Estação Roosevelt (Central do Brasil) duas dezenas de carros-tanques com destino ao Vale do Paraíba, já então sob o contrôle do II Exército. Apesar dessa intensa movimentação de tropas, a situação era de calma em todo o Estado. O Palácio dos Campos Elísios distribuiu comunicado do Governador Adhemar de Barros concitando o povo a manter-se em calma e, logo mais, por ordem do govêrno, eram requisitados todos os estoques de combustíveis.

Enquanto isso o QG do II Exército distribuía comunicado dizendo “considerar muito boa a evolução dos acontecimentos, particularmente pelo número de adesões de Estados da Federação, com seus govêrnos e tropas militares nêles sediadas”.

O Govêrno do Estado e o II Exército dominavam inteiramente a situação. Além do episódio da noite anterior, quando o Gen. Puertas e o Jornalista Nelson Gatto tomaram o prêdio da Companhia Telefônica, não se verificou nenhum outro movimento de resistência ostensiva. Em Santos, porém, amanheceu paralisado o pôrto. A COSIPA, as indústrias petroquímicas de Cubatão e a Estrada de Ferro Santos-Jundiá foram igualmente paralisadas pelo movimento grevista em solidariedade ao Sr. João Goulart. Grandes contingentes do DOPS e da Fôrça Pública ocupavam tôda a Baixada Santista e, por volta das 9 horas, choques da Polícia Marítima invadiram a sede do Sindicato dos Estivadores. Foram efetuadas detenções de vários elementos ligados aos sindicatos. Durante todo o dia seriam detidos mais de duzentos comunistas. Alguns dos mais ativos líderes sindicais desapareceram. A Alfândega e demais repartições federais foram ocupadas pela Polícia.

Ainda na parte da manhã foi aberto o voluntariado. Um no Ginásio do Departamento de Educação Física e Esportes, por um ex-comandante da Revolução de 32, Cel. Homero Silveira, e outro no local onde funcionava o escritório regional da SUPRA. Antes de ser transformado em pôsto para alistamento de voluntários, o escritório da SUPRA foi vistoriado por elementos do DOPS, que ali apreenderam material de propaganda da Reforma Agrária. No fim do dia, só no primeiro pôsto haviam-se apresentado mais de quatro mil voluntários.

A tarde começou com uma proclamação do Governador Adhemar de Barros. “Como um só corpo. Como uma só alma, ergue-se a gente paulista”, dizia o Governador, em sua oração transmitida pelo rádio, logo depois do meio-dia. O povo paulista, acrescentava, “ergue-se mais uma vez na defesa dos ideais democráticos, na salvaguarda do valôres supremos de nossa civilização cristã”. E mais adiante: “Com o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Fôrça Pública, com o apoio de tôdas as suas classes sociais,



O GENERAL Amaury Kruel, à frente do II Exército, foi um dos sustentáculos do movimento revolucionário anticomunista vitorioso.

ressurge o São Paulo eterno para a eternidade do Brasil”.

As constantes notícias difundidas pela “Rêde da Democracia”, que transmitia da Secretaria de Segurança Pública, informavam sôbre as adesões recebidas em vários pontos do País pelas fôrças contrárias ao Govêrno do Sr. João Goulart. O noticiário do Rio, ainda confuso, sem determinar exatamente a posição do I Exército, ainda causava alguma apreensão, principalmente o cêrco do Palácio Guanabara por Fuzileiros Navais. À medida que o tempo corria, porém, o otimismo aumentava entre as autoridades e transbordava para as ruas. O General Aldévio, em rápido encontro com a Imprensa, disse que “movimento dessa natureza estava previsto nos planos Alvorada, Eclipse e Boreal”, referindo-se à crise político-militar. Tais planos foram elaborados por uma equipe de técnicos estrategistas quando o general assumiu, em 63, a Pasta da Segurança. Sua confiança em que as autoridades paulistas e o Exército dominavam inteiramente a situação foi demonstrada pelo fato de serem retirados os carros blindados da Fôrça Pública, que haviam tomado posição em pontos estratégicos da cidade, pois a calma era “absoluta”. Outro fato que justificava otimismo: a solicitação de conferência feita pelo General Moraes Âncora ao General Kruel. Êste já se dirigia a Resende, onde se realizaria o encontro para parlamentação.

Às 17 horas, havia intensa expectativa nas ruas. Logo, um boato lançado pela emissora que encabeçava a “Rêde da Democracia”, sôbre a “renúncia” do Sr. João Goulart, provocou uma explosão de contentamento, com a reunião imediata de várias autoridades no Palácio dos Campos Elísios, para “festejar o acontecimento”. Nas ruas centrais começou a cair uma outra chuva, desta vez de papel picado que caía em grande quantidade dos edifícios dos escritórios. Estudantes da Universidade Mackenzie chegaram a organizar uma passeata que percorreu as ruas do centro.

Essa manifestação quase gerou um incidente de graves conseqüências, quando o grupo de estudantes tentou manifestar o seu apoio ao General Kruel. Apareceram de repente na Rua Conselheiro Crispiniano, onde se localiza o edifício do QG do II Exército. Os soldados que mantinham guarda chegaram a apontar as suas armas, mas logo tudo se esclareceu. E os estudantes continuaram em sua passeata, dando vivas à democracia e à liberdade e aplaudindo os carros blindados da Fôrça Pública que passavam de volta ao quartel.

Nos jardins dos Campos Elísios, tomados pelo povo e por autoridades, o clima era de euforia. O Governador Adhemar de Barros saiu e, logo após, fazia uma proclamação conclamando o povo a não se exceder em manifestações, pois considerava cedo para se “festejar a vitória de uma luta que mal começou”.

“- A erva daninha da infiltração comunista” – disse – “continua entre nós. Só haverá vitória, realmente, quando vencermos a resistência dos que, da retaguarda, impulsionaram as autoridades federais”. E mais adiante: “- A vigília não pode terminar. É preciso evitar a guerra civil dos desesperados. Mantenhamos alerta permanente. Agentes de Pequim, Moscou e Cuba não se entregaram ainda, mas nós vamos caçá-los de agora em diante”.

A fala do Governador e, mais tarde, o desmentido da renúncia do Presidente, foram como água na fervura. E a noite desceu sôbre São Paulo. Com uma constante e fria garoa.

Os constantes comunicados das autoridades estaduais e do II Exército, dando conta da marcha dos acontecimentos em todo o País, deixavam claro às primeiras horas da noite que o movimento iniciado em Minas Gerais estava vitorioso. A única nota dissonante (e isto não era notificado) era a tomada de posição de Brizola no Rio Grande do Sul.

Antes da meia-noite, o General Kruel voltava a São Paulo, vindo de Resende, onde fôra triunfalmente

recebido pelos cadetes de Agulhas Negras. A conferência com o General Moraes Âncora não chegara a se realizar, pois o I Exército aderira quase totalmente ao Gen. Kruel.

A madrugada chegou com a notícia da viagem do Presidente Goulart para Pôrto Alegre, onde “assumiria a resistência”. E a madrugada trouxe mais uma notícia importante: o Sr. Ranieri Mazzilli é o novo Presidente do Brasil, por decisão do Congresso Nacional.

E a garoa continuava a cair sobre a calma da cidade.

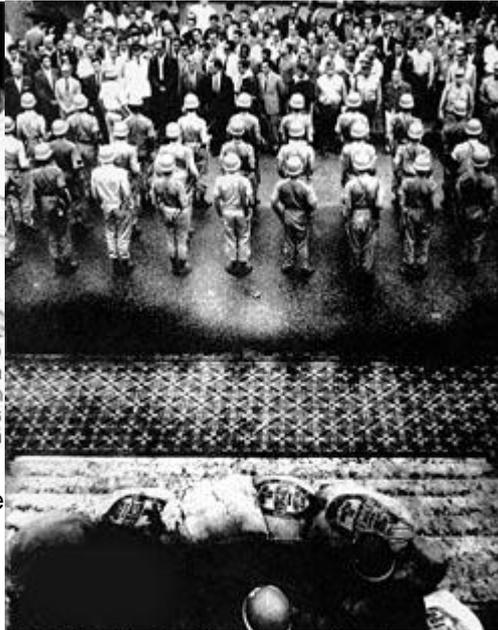
O Cruzeiro - 10 de abril de 1964 - Edição extra



TODOS se puseram, no Palácio da Guanabara, na posição de soldados. Ninguém era protegido: todos protegiam a sede do governo estadual, que se tinha transformado em baluarte da resistência. O próprio Governador Carlos Lacerda, de metralhadora à mão, tinha o seu posto já determinado.

democrática na chamada “capital cultural e Ninguém pregou olho. As horas regime de sentinela bem acordada, até desenhasse no céu do Rio.

Os tanques do Exército estavam no Largo Palácio da Guanabara, o Governador mantinha em calma e em expectativa. secretariado presente. Eram 18,30 h do dia 31 de março.



O PALÁCIO da Guanabara estava disposto a resistir a qualquer ataque das forças que ainda apoiavam João Goulart. A Polícia Militar ficou ao lado do Governador Carlos Lacerda, que está na foto com soldados.

A batalha do Guanabara

Fotos de Antônio Rudge

Durante um dia e uma noite, o Palácio da Guanabara e o Governador Carlos Lacerda foram nomes que representaram a resistência política” do País. transcorreram em que a vitória se

do Machado. No Carlos Lacerda se Todo o

O feriado escolar, depois de estudado, teve sua decretação feita às 23 horas. Cêrca de 300 oficiais das diversas armas se dirigiram para o Guanabara, a fim de solidarizar-se com o Governador. Meia-noite: sabe-se do movimento de tropas de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Junto à Igreja, um foguete (antitanque) é montado em longarinas de asa de avião. Aos 5 minutos chega o Senador Artur Bernardes Filho. O Governador se mantém em vigília e fala com o Jornalista Jules Dubois, de Miami, Estados Unidos, e dá a notícia da adesão do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Lacerda sai aos 35 minutos, acompanhado apenas pelo general Mandim, responsável pela segurança de Palácio, e inspeciona, até aos 55 minutos, os arredores. A uma hora da manhã, começaram a cortar os telefones da linha 25, que serve ao Guanabara, mas continuaram a funcionar três da linha 45, que passaram a ser utilizados pelo Governador. Às 2,45 h, corre em Palácio a notícia de que os fuzileiros navais iriam atacar. A expectativa prossegue até às 5 horas, quando entram mais 30 generais do Exército. Às 6,30h, nova notícia promoveu atitude semelhante, logo relaxada por saber-se que se tratava de um rebote falso.

O dia 1º de abril estava claro. Às 7,55h, o Governador Carlos Lacerda recebe o Manifesto dos Generais, que iria ser lido após o hasteamento da Bandeira Nacional, às 8 horas, através da Rádio Inconfidência, de Minas Gerais. Às 8,30 h, Juracy Magalhães entra em Palácio e conferencia com Carlos Lacerda. Às 10,45h, o presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Vicente Faria Coelho, chega e conferencia com o Chefe do Executivo. Às 13,15h, entra em Palácio o Sr. Armando Falcão. As notícias se aceleram. Às 16 horas, há o momento de maior emoção para o Governador Carlos Lacerda: tanques do Exército, que se encontravam no Palácio das Laranjeiras, estão agora guarnecendo o Palácio da Guanabara. O Chefe o Executivo carioca, ao ouvir a notícia, chora e exclama:

- Graças a Deus! Deus está conosco!

O carnaval da vitória

Foi uma reação em cadeia. Anunciada a viagem do Presidente a Brasília e a vitória das forças revolucionárias, milhares de pessoas saíam às ruas, gritando, pulando, discursando também, num verdadeiro carnaval. Grupos mais exaltados e tomados de fúria incendiaram o prédio da UNE, na Praia do Flamengo, quando os dirigentes comunistas da entidade já haviam desaparecido e abandonado a sua trincheira. Os mesmos grupos depredaram e incendiaram a “Última Hora”, na Praça da Bandeira. Isso foi um pouco de vingança e excesso condenável, pois a massa, o povo carioca, queria apenas viver aquelas horas de vitória e não vingar-se daqueles que tinham sido vencidos.



O GENERAL Castello Branco, Chefe do EM do Exército, foi a figura central dos acontecimentos no Rio. Sua atuação foi decisiva.

GUANABARA HORA A HORA

Reportagem da equipe de “O Cruzeiro”

31 de março, na Guanabara. O Governador Carlos Lacerda prende líderes sindicais reunidos em assembleia permanente. Entre eles, Rafael Martineli, o que redundou na greve imediata da Leopoldina, como protesto. Dez vagões colocados numa passagem de nível, na Rua Francisco Bicalho, forma empurrados por choferes e passageiros de ônibus e lotações. (Mas os vagões voltaram a impedir o tráfego, até o fim da crise).

Às 19 horas do dia de temor que era o 31 de março a Rádio Jornal do Brasil é invadida por um grupo de fuzileiros. Armados de metralhadoras, equipados para uma batalha. Motivo alegado para a invasão: divulgação de uma nota em que se dizia que o General Humberto Castello Branco se reunira com diversos oficiais-generais no Ministério da Guerra. O Ministério, àquela altura, era tido e havido como reduto do Governo Federal. A Rádio, daí em diante, passou a transmitir apenas noticiários internacionais, em seus programas noticiosos. Pouco mais tarde, naquela mesma noite, 200 soldados tomavam conta da Central do Brasil, que aderira à greve da Leopoldina. Na Avenida Presidente Vargas, o povo, que sem condução se concentrara em frente ao monumento ao Duque de Caxias, esperava ordeiramente os poucos caminhões que faziam o tráfego para o subúrbio.

Vila Militar, já no dia seguinte, 2 h 30 m da madrugada. Preparo de tropas para serem enviadas a S. Paulo. Enquadrados, os oficiais negavam-se a prestar qualquer declaração.

Cidade. Dia de cada um. 7 horas. Extensas filas se formam em frente às casas comerciais. Padarias, botequins, grandes mercearias e supermercados têm seus estoques esgotados. Lataria é o primeiro tipo de gênero que se acaba, entre o correr dos boatos nas filas. O saque não deixou de dar o ar de sua graça: a filial das Mercearias Nacionais, instalada nas proximidades do Parque Proletário da Penha, é assaltada por um grupo de favelados, quando os operários arrumavam (sem saber que estavam fazendo um gesto para entrar na história da sobrevivência) latas de conserva nas prateleiras. Um saqueador foi ferido pelas balas da guarnição da polícia estadual, que compareceu.

Estamos em pleno 1º de abril, que desta vez não foi motivo de brincadeiras. 10 horas. Avenida Presidente Vargas e Rio Branco com muita gente em seu cruzamento, procurando apanhar carona para os seus bairros para os seus bairros da Zona Norte, em face da greve geral dos transportes coletivos da cidade. Nas esquinas, piquêtes nitidamente esquerdistas e antimilitares, que dominaram a Cinelândia até às 14 horas. A sede do Diretório Regional do PTB, na Cinelândia, ampliava, por seus auto-falantes, a pregação revolucionária, incitando os populares a invadirem o Clube Militar, na esquina da Rua Santa Luzia.

Na verdade, populares tentaram, pouco depois, invadir a sede da entidade de classe dos oficiais do Exército, no que foram obstados pelos disparos dos tenentes, capitães, majores, coronéis e generais que lá se encontravam. Os oficiais dispararam de início para o ar e por fim para valer.

Às 15 horas, mais ou menos, um automóvel lançou volantes na Cinelândia, convocando o povo a participar de um comício de protesto contra o movimento revolucionário e que deveria realizar-se meia hora depois.

16 horas. É o sangue. A multidão tenta, mais uma vez, invadir e depredar o Clube Militar. Um carro de choque da PM posta-se diante do Clube. O povo presente via os soldados. Mais tarde, choques do Exército, chamados a pedido do Marechal Magessi, Presidente do Clube Militar, dispersam os agitadores. Que voltam na recarga, pouco depois (para sua infelicidade). Repelidos a bala, deixam em campo, feridos, vários manifestantes; entre eles Labib Carneiro Habibude e Ari Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22 horas, no Pronto-Socorro.

16 horas e 30 minutos. Fuzileiros navais que protegem o Palácio da Laranjeiras retiram-se em 4 caminhões. Um deles traz, como apêndice, um canhão. Mais atrás, um ônibus da Marinha. O restante da defesa era a guarda do Palácio por conta de alguns poucos soldados da Polícia do Exército, colocados na esquina de Gago Coutinho com Laranjeiras, e um pelotão de tanques do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, formado por seis tanques, sob o comando de um primeiro-tenente.

16 horas 45 min. Radiopatrulha do Estado, com três homens da Polícia de Vigilância, se aproxima e conversa com o tenente dos tanques da Rua Gago Coutinho. O povo, estupefato, não entende de nada. Mais tarde, porém, se sobressalta. O oficial-comandante ordena que avancem ao Palácio Guanabara. Sobre as barricadas. O povo pensa que se trata do assalto ao Guanabara. Muitos correm, muitos se atiram ao chão. Mas para pouco depois, quando entendem a manobra, voltarem, para festejar os tanques que aderiram à causa revolucionária. Verdadeira multidão, que se encontrava às janelas dos edifícios, compreende logo o que se passa e aplaude o gesto das tropas federais que se bandeiam às forças revolucionárias. Uma chuva de papéis picados. Povo e tanques ultrapassando a barricada, até então indevassável. Alarido ensurdecedor.

Na esquina de Laranjeiras e Pinheiro Machado, cento e cinqüenta metros do Palácio do Governo Estadual, param três dos seis tanques. Desce sua tripulação (desarmada). Em seu interior apenas os motoristas.

Quando o Governador Carlos Lacerda desceu do Palácio Guanabara, protegido por sua guarda, os tanques estão à frente do Palácio. Guarnições marchando à sua frente. Canhões e metralhadoras desguarnecidos. Era a honrosa adesão. Adesão como passo para a pacificação sem sangue.

Cartas na mesa, a multidão aumenta em frente à sede do Governo da Guanabara. É quando chega a notícia de que os fuzileiros navais se aproximavam para atacar o Guanabara. Correria geral, enquanto os alto-falantes pediam que o povo se retirasse da linha de fogo. (E foi a debandada.) Para a retirada ser honrosa, divulgou-se que se tratava de tropas de navais que vinham apresentar sua adesão. Prestar continência ao Governador Carlos Lacerda. E a praça ficou vazia, com policiais e tanques em posição de um combate que não veio, pois a notícia de que os fuzileiros terríveis se aproximavam para o combate de vida ou morte não passou de rebate falso.

17 horas e 30 minutos. Deixemos a Cinelândia e as imediações do Palácio Guanabara. Praia do Flamengo, 132, sede da União Nacional dos Estudantes. Grupos de jovens atiravam bombas incendiárias (coquetel Molotov) para o interior da UNE, àquela altura abandonada pelos dirigentes da entidade estudantil. Tinham fugido, sob as vaias dos que se aproximavam do local. Ou mesmo pelos fundos, pelos telhados do prédio, para edifícios vizinhos. Precipitadamente. Duas atitudes: uma senhora acompanhou os acontecimentos da UNE com um comentário – “Vi arder na UNE uma permanente provocação aos sentimentos cívicos e democráticos dos cariocas”. Um senhor, cidadão muito sério, pediu licença para os policiais. E se aproximou: “Quero” – disse – “colocar amanhã, aqui, substituindo essa faixa em que os estudantes desafiam a ordem constituída, uma outra em que se leia que será instalada brevemente, neste mesmo lugar, uma escola”.

Mulheres e rapazes, em opinião unânime, diziam que nunca tinham visto um movimento com aquele. “Êles pagaram” – diziam, contritos do que diziam. Apesar do que se disse, o incêndio não foi ateado dentro do próprio prédio, por quem lá se encontrava. Os dirigentes da União Nacional dos Estudantes livraram-se de livros e documentos, que foram incendiados e devolvidos para o interior do edifício em forma de tochas de fogo e objetos que se incendiavam no interior das salas das entidades sob as siglas de UNE, AMES, UBES e outras.

Os policiais e bombeiros que pouco depois chegaram para combater o incêndio disseram que encontraram nas salas da UNE armas e munições.

18 horas. É a vez do jornal Última Hora. Enquanto no dia anterior o **Jornal do Brasil** era invadido por fuzileiros, a **Última Hora** se mantinha intacta. Agora, desta vez, o vespertino, na Rua Sotero dos Reis, era atacado. Grupos arrombaram a porta da garagem, puxando as viaturas para a rua, depredaram-nas e atearam-lhes fogo. Escritórios, idem. Rotativas, idem. Depoimento de testemunhas: a Operação **Última Hora** foi obra de comandos. Em pouco mais de 15 minutos os depredadores executaram a sua obra. (Ignoravam a existência de um cabo de alta tensão que, se atingido, causaria danos de extensão imprevisíveis, chegando mesmo a sacrificá-los.)

O CARNAVAL

O dia 1º de abril foi de tráfego congestionado, avançado passo a passo, no Rio de Janeiro. Especialmente na Zona Sul. Quase duas horas para ir de Copacabana ao Leblon, percurso que se faz normalmente em meia hora. Madrugada de colisões.

Na praia de Botafogo três carros de passeio chocaram-se, em horas diferentes, contra postes e árvores. No Flamengo, um carro estadual, oficial, cujos ocupantes metralharam a sede da União Nacional dos Estudantes, estava completamente danificado. Colidira com um poste, após o atentado. Na Avenida Beira-Mar, duas Kombis chocaram-se contra um poste e uma árvore. Um carro de praça incendiou-se na Avenida Brasil, do juiz trabalhista Orlando Silva Oliveira, atropelava e matava uma doméstica na Rua Haddock Lôbo.

Filas extensas na Rua Barata Ribeiro e Av. Nossa Senhora de Copacabana. Casas comerciais, mercearias, bares, cafêzinhos, restaurantes, continuavam a atender ao público, normalmente, embora devagar e em grupos, pois entravam poucos consumidores nas lojas ao mesmo tempo.

Soldados do Exército patrulhavam as ruas, nas proximidades da praia, cujo ambiente era de otimismo, com populares se manifestando:
- Isso não vai dar em nada.

(Era o lugar-comum e denominador das crises brasileiras: a inclinação do brasileiro para resolver tudo sem sangue e que a calma devia prevalecer.) Na Rua Sá Ferreira meninos e meninas iam até a praia (aproveitando o feriado escolar de fato e de direito) buscar areia para barricadas. Populares, solidários ao Forte de Copacabana, que àquela hora já aderira, isolavam, com cordas, tôdas as ruas.

À tardinha. Dois tiros vinham do Leme. Era o sinal de vitória, que acionou o gatilho da explosão popular. E tudo se misturou na chuva, alegria e carnaval, refletidos nos olhos dos soldados que ocupavam o Forte de Copacabana, patrulhas do Pôsto Seis.

Uma história: homens, mulheres e crianças, empunhando bandeiras, lenços brancos, lençóis, comemoravam o que ficou sendo o carnaval da vitória. Das janelas dos apartamentos em tôda a Zona Sul, eram estendidos lençóis e colchas, numa homenagem à vitória da revolução.

E duas chuvas se misturaram no espaço: a que caía de muito alto, de água, e a de papéis picados.

E uma caravana de automóveis, buzinando, vespas nas avenidas e ruas de Copacabana, de Botafogo, do Jardim Botânico, do Leblon e Ipanema.

O Cruzeiro - 10 de abril de 1964 - Edição extra



Os 40 do Forte

Tomada do Forte de Copacabana foi decisiva para a vitória da revolução

Foto de Elias Nasser

Copacabana, Pôsto 6. A data é 1º de abril, mas, desta vez, o dia não é de brincadeiras. Assim, quando um grupo de carros particulares parou defronte à entrada do Forte de Copacabana e deles saltaram quarenta oficiais armados, todo mundo viu logo que era “pra valer”. Principalmente o repórter de “O Cruzeiro”, que se encontrava numa janela do 3º andar do edifício onde funciona a TV Rio. Eram 12 horas e 30 minutos.

Vinte oficiais da Escola do Estado-Maior do Exército e vinte da Escola Superior de Guerra, chefiados pelo Coronel César Montanha de Sousa, tomaram pouco depois do meio-dia de 1º de abril, o Forte de Copacabana. A dramática operação foi considerada decisiva para a vitória das forças que se opunham

ao Presidente Goulart. Chegando ao forte num grupo de carros particulares, os oficiais invadiram, atirando, o QG. Um oficial foi atingido na barriga. Imediatamente, uma ambulância do Hospital Miguel Couto, que acompanhara os carros, levou o ferido. Os outros se encaminharam para o portão do Forte, gritando: “Não atirem. São dos nossos!” O portão se abriu, houve apertos de mão e continências. Estava configurada a posição revolucionária do Forte de Copacabana.